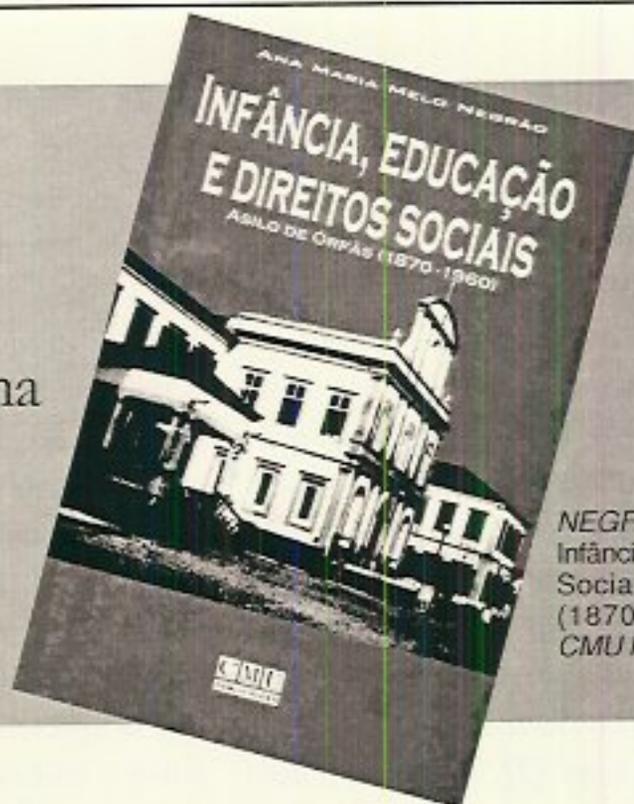


O tratamento
institucional à
orfandade feminina
em Campinas:
do amparo ao
controle social



NEGRÃO, Ana Maria Melo. *Infância, Educação e Direitos Sociais – Asilo de Órfãs (1870-1960)*. Campinas: CMU Publicações, 2004.

GLAUCO BARSALINI

Bacharel em Direito e em Ciências Sociais, mestre em Multimeios pela Unicamp, professor universitário e autor do livro *Mazzaropi: o Jeca do Brasil*

Muito importante o trabalho de doutorado da Professora Ana Maria Melo Negrão. Educadora há anos em Campinas, com sólida formação em Letras e em Direito, engajada em relevantes trabalhos sociais neste município, especialmente em defesa das mulheres, a autora de *Infância, Educação e Direitos Sociais – Asilo de Órfãs (1870-1960)*, tese orientada pela Professora Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini, que ganha publicidade em uma bem cuidada edição pela CMU Publicações, discute, nas 343 páginas de seu livro (incluídos os anexos), o surgimento, desenvolvimento e fim do Asilo de Órfãs de Campinas, dando ênfase à vivência de senhoras que lá foram internas, ou que lá trabalharam ou então estudaram, promovendo, por meio de entrevistas, a reelaboração de sua memória

sobre aquele tempo e a respeito de suas vidas, a partir da época em que deixaram o Asilo.

De família tradicional campineira, a autora conta, na introdução de seu livro, que seu interesse pelo tema é antigo, pois sua mãe e tias ficaram órfãs de pai quando ainda crianças, e, embora residissem ao lado do Asilo de Órfãs, dirigidos pelas Irmãs da Congregação Francesa de São José de Chambéry, suas tias foram encaminhadas ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, o que a conduziu à seguinte questão: por que as órfãs não foram encaminhadas ao asilo, onde seriam educadas conforme a tradição do ensino francês, tal como ocorria no Colégio Sagrado Coração de Jesus? O contraponto estava na presença, por três gerações, da “Tata”, apelido carinhoso dado a uma órfã de pai e

mãe, agregada à família da autora, que como ela afirma “prestava inúmeros serviços domésticos sem qualquer remuneração.” [1]

O primeiro capítulo de seu trabalho discorre sobre “as origens sociohistórico-culturais das Santas Casas de Misericórdia”, em que se demonstra o tratamento dado pela sociedade do século XIX aos enjeitados, destacando que a Santa Casa de São Paulo apresentava a “roda de expostos”, em contraste com a de Campinas, onde se optou pela não existência da roda. A concepção moderna de mundo, todavia, que assume a sociedade campineira a partir de meados do século XIX, conforme demonstra José Roberto do Amaral Lapa [2], deduzimos, não condiz com a existência ou manutenção de tal equipamento em qualquer instituição existente nesta cidade, pois a roda simbolizava o que havia de mais atrasado no que tange as relações de parentesco não desejadas, ranço de uma cultura medieval e portanto interpretada pelas mentes progressistas da cidade como brutal. Ana Maria Melo Negrão demonstra que, ao invés da “roda de expostos”, Campinas optou pela criação dos Asilos de Órfãs e de Órfãos (este dando origem, posteriormente, ao “Lyceo de Artes e Offícios”, e aquele tendo seu funcionamento interrompido na década de 1950), instituições destinadas a cuidar exclusivamente dos órfãos do município.

Ainda neste capítulo, o primeiro de seu livro, dedica um estudo relativamente extenso sobre o tratamento dado pelo direito aos órfãos ao longo da história universal, principian-do pelo direito romano; indo, posteriormente, ao direito republicano brasileiro (e talvez faça isso na ânsia de entender melhor as possíveis relações entre o Direito e a vida social, preocu-

pação evidente dos Sociólogos do Direito, cadeira que por anos a autora tem ministrado na PUC de Campinas e na Unisal); fazendo, em seguida, uma incursão sobre a “história da infância desvalida no Brasil”; até abordar o surgimento da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, ao que se segue o relato da vinda das Irmãs de São José de Chambéry, que assumiriam a direção interna da Santa Casa em 1876, cuidando também da direção e do ensino das órfãs no asilo, em prédio contíguo ao da Santa Casa. Não se deixa de notar certo tom de crônica em algumas partes desse capítulo, como o que se apresenta no momento em que discorre sobre a edificação da capela da Santa Casa ou mesmo antes, quando descreve os nomes de todos os irmãos fundadores da instituição.

José Roberto do Amaral Lapa, em seu livro *Os Cantos e os Antros* esclarece que o ensino em Campinas, no século XIX era extremamente abrangente do ponto de vista da oferta de escolas, como também, no que tange a pedagogia, progressista e avançada para a época, inclusive em relação às mulheres, educando-as para certo refinamento cultural – o aprendizado do francês, do piano, canto, dança e desenho, sem olvidar do ensino religioso – em paralelo ao treinamento para o futuro exercício da gestão doméstica, modelo este que alçava a mulher campineira da condição de mulher colonial à condição de mulher aristocrata.

Talvez a autora pudesse ter se dedicado, mais do que à história da orfandade e da infância frente ao Direito, embora esse esforço mereça o devido reconhecimento, nos capítulos iniciais do livro, às seguintes questões: por que uma elite tão progressista, quanto era a campineira nesta época, teria permitido a

instalação de um ensino jesuítico, símbolo da educação formal colonial, com a vinda das Irmãs de Chambéry, ainda que tal ensino fosse destinado às meninas pobres e órfãs, futura mão de obra doméstica, e ao mesmo tempo objeto de preocupação social, no sentido de serem controladas para se tornarem, senão serviçais das famílias abastadas, exemplares mães de família, como, aliás, muito bem a autora demonstra nos capítulos 2 e nos subsequentes? Seria tal permissão fruto do reconhecimento pela mesma elite, de que, para tal intento, o ensino colonial era mais eficaz? Ou então, diferentemente, as mentes progressistas da cidade simplesmente caíram em uma armadilha, iniciando e alimentando por décadas uma contradição, incoerência em relação ao que acreditavam e fervorosamente defendiam, ao permitirem que uma instituição tão importante quanto era a Santa Casa de Misericórdia sustentasse um Asilo de Órfãs orientado por diretrizes do ensino colonial? Ou, ainda, simplesmente, a elite campineira concebia dois tipos de ensino nesta nova sociedade que se constituía: um para os ricos, que de coloniais deveriam se transformar em aristocratas, e outro para pobres, que deveriam ser disciplinados sob o princípio do medo e da compaixão, tornando-se mão de obra dócil nesta mesma sociedade que se abria para a modernidade?

A autora oferece importantes pistas para responder a tais questões, afirmando mesmo, com todas as letras:

“Limpar o dormitório, esfregando arcia e lixívia nas tábuas do assoado de joelhos, e depois puxar tudo isso com rodos ou, provavelmente, panos torcidos, configurava-

se como tarefa extremamente árdua e mesmo perigosa para as crianças, não indicada para as meninas, por excessivamente pesada. Mas o regimento interno regravava o serviço doméstico da interna, em que a visão moralista, virtuosa e subserviente do trabalho contribuía para inscrever no espírito das órfãs o sentimento de inferioridade social, como advogam Baudelot e Establet (1975) ao asseverarem que o sistema escolar, ao mesmo tempo que segrega, impõe aos educandos um conjunto de representações ideológicas, disfarçando suas reais funções para a aceitação de uma condição subalterna.” [3]

Um anterior tratamento mais concentrado sobre as questões acima colocadas, em nosso entendimento, se apresentaria como importante para o fortalecimento de tal conclusão, muito embora ainda no capítulo 2, nos subitens intitulados “Internação: uma necessidade social” e “Tutor ou senhor? Tutelada ou serviçal?” e nos capítulos subsequentes, a autora tenha, com elogiável rigor científico, analisado, no que foi bastante feliz, o regimento interno do Asilo de Órfãs realizando o contraponto, logo em seguida, com as representações resultantes da vivência das internas em conformidade com tal regimento.

Após instigante passeio por representações significativas na memória das internas, como a segregação inerente à seleção dos “anjinhos” da procissão; a ameaça do pecado nas épocas de retiro; o fomento à emulação entre as internas e as externas; a mistificação da gruta e o medo do salão nobre onde a irmandade se reunia, local de reclusão às castigadas, onde pairavam “fantasmas”; a repressão ao corpo, em que as meninas não

podiam se tocar nem sequer na hora do banho; o recreio vigiado; em contraponto ao “prazer das peraltices”, prática reativa das alunas mais ousadas; a autora coloca a nu a história de vida das ex-internas por ela entrevistadas, em que se revela na plenitude toda a subjetividade que se encerra na interpretação de mundo e na forma de vida dessas pessoas, o que acaba por corroborar a afirmação anterior da pesquisadora a respeito da naturalidade com que as internas lidavam com sua condição de submissão. Afinal, para quem não conheceu o melhor, não teve a oportunidade de ter uma família, um lar que as acolhesse e educasse, o modelo presente no orfanato passava a ser a sua referência de vida.

A história de vida da maioria das ex-internas, todavia, foi calcada nos princípios de submissão, o que as conduziu a uma acomodação às relações impostas entre as classes sociais pelo capitalismo moderno, o que lhes ofertou a sensação de felicidade, embora tenham sido mulheres e mães resignadas, uma delas chegando mesmo a relatar que encontrou em sua máquina de costura a sua melhor amiga... Nesse sentido, somos tentados a discordar do enfoque conclusivo que Ana Maria Melo Negrão dá, ao afirmar:

“Refletimos, em uma trilha histórico-cultural, plena de contradições, que as relações sociais da Misericórdia, balizadas no concreto, paradoxalmente, apresentavam-se excludentes em termos estruturais e históricos, com critérios discriminatórios de gênero e pobreza, e, paralelamente, includentes, no programa de internação. Todavia, as crianças confinadas, excluídas do convívio fa-

miliar, eram incluídas na instituição, favorecendo a expectativa de que haveria um dia uma sociedade campineira sem exclusão, uma vez que as órfãs desvalidas estariam instruídas, educadas, treinadas, aptas à reintegração social, de modo saudável, não expostas aos riscos mundanos.” [4]

Ainda a respeito da criação do Asilo de Órfãs, não se pode deixar de registrar a pertinente relação que a pesquisadora faz do fortalecimento de tal instituição com a eclosão da epidemia da febre amarela, que de 1889 a praticamente toda a década de 1890 (apresentando-se, nesta década, como datas marcantes 1890, 1892, 1896, 1897), dizimou expressiva parte da população campineira, fazendo muitos órfãos e órfãs. Muito importante, também, é a apresentação do registro de órfãs internas matriculadas no Asilo, que se inicia no século XIX e avança pelo século XX, acompanhado de interessante análise sociológica e de algumas descobertas, como a manutenção de duas meninas russas no internato, não por motivo de orfandade, mas por razões de perseguição política a seu pai, durante a ditadura Vargas. No entanto, em relação ao fim da instituição, a autora, em nosso entendimento, poderia ter se dedicado a investigar com mais profundidade as suas causas. Relata que na década de 1950 fortaleceu-se a tese de que o Asilo não poderia mais funcionar anexo ao Hospital, por razões pedagógicas e sanitárias, em cumprimento, inclusive, ao que dispunha o Código Sanitário. Iniciou-se, então, a busca por doações para a construção do novo prédio, tendo a Santa Casa recebido graciosamente um terreno na Avenida Rio de Janeiro, no bairro de São

Bernardo, espaço que logo foi ampliado por nova doação, chegando a 20.617,30 metros quadrados. Porém, uma mudança nos rumos da política da Mesa conduziu seus membros a optarem por utilizar os legados deixados à Santa Casa para especulação imobiliária, deixando construir um prédio em seu terreno na Avenida Francisco Glicério, nos. 1265-1266; construindo o Cine Windsor sobre terreno doado por Carolina Prado Penteadó, na Rua Regente Feijó; ou então arrendando um supermercado, erigido sobre legado doado pela neta do Marquês de Três Rios, na esquina das ruas Barão de Jaguará e Ferreira Penteadó. Chegou-se a pensar em se utilizar o terreno da Avenida Rio de Janeiro para a construção da Faculdade de Medicina, que seria feita com polpidos recursos do Governo do Estado, mas, por fim, a Provedoria acabou por permutar “o prédio ainda inacabado da rua Rio de Janeiro por uma área de 65000 metros quadrados de terrenos loteados e com toda a infra-estrutura de arruamento, iluminação, rede de água” [5] que foi vendida, em troca do que se adquiriram várias unidades de prédios na Avenida Francisco Glicério, aumentando-se grandemente o patrimônio da Santa Casa. Não mais se falou na construção do novo prédio do Asilo de Órfãs. [6]

Como se pode notar a partir da leitura da obra de Antonio da Costa Santos [7], desde o final dos anos 1930 Campinas rumou para um planejamento urbanístico de “remendos”, preocupando-se basicamente com a implementação de algumas remodelações específicas, como a construção de avenidas e

de algumas praças, o que implicou na destruição de prédios e logradouros históricos, de enorme importância na identidade arquitetônica e cultural da cidade, dando azo a inúmeros empreendimentos de caráter meramente especulatório e privatista. Fica claro, pelo que Ana Maria Melo Negrão relata, que a Mesa da Santa Casa de Misericórdia dos anos de 1950 aderiu a esta nova mentalidade, preferindo a especulação à benemerência, utilizando de seu legado para ampliar seu patrimônio, em detrimento, no caso em estudo, da manutenção do sonho de Padre Vieira: o Asilo de Órfãs.

Da transição de cidade colonial a cidade aristocrática, e desta a centro urbano referencial do desenvolvimento industrial brasileiro nas últimas três décadas e meia, o Asilo de Órfãs, ao lado da Santa Casa de Misericórdia, constitui-se como uma instituição simbólica, representativa. O estudo de tal instituição, além de, por si, ser extremamente pertinente, é fundamental para que se possa compreender melhor as transformações pelas quais este importante município passou durante a sua modernização. Pelo Asilo passaram muitas “vidinhas”, que se desenvolveram e desempenharam um insubstituível papel humano nesta comunidade, gerando novas vidas e auxiliando no crescimento de Campinas. Com muita honestidade acadêmica e pessoal, Ana Maria Melo Negrão debruçou-se sobre este assunto, desempenhando um papel talvez muito mais importante do que somente o de remontar uma face da história de Campinas: o de reconstruir uma face da história pessoal das ex-internas do Asilo de Órfãs.

NOTAS

1 - NEGRÃO, p. 9.

2 - Em *Os Cantos e os Antros*, Edusp, 1996.

3 - NEGRÃO, p. 109.

4 - NEGRÃO, p. 231.

5 - NEGRÃO, p. 120.

6 - Ana Maria afirma: "Quanto ao Asilo de Órfãos, há um total silêncio nos relatórios que

se seguem a esse período." (NEGRÃO, p. 121)

7 - Em sua tese de doutorado publicada sob o título "Campinas, das Origens ao Futuro – compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732 – 1992)", Campinas: Editora da Unicamp, 2002.